



Santos terá unidade de violência contra mulher

Ainda neste ano, Fórum terá unidade para tratar de ocorrências domésticas e familiares

VANESSA RODRIGUES - 16/7/19

NATHÁLIA DE ALCANTARA
DA REDAÇÃO

Até o final do ano, o Fórum de Santos terá uma Unidade Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Será a primeira da região. A ideia é que os casos de violência doméstica que hoje tramitam nas varas criminais e cíveis comuns disponham de um setor específico.

No entanto, ainda não há detalhes de como funcionará o serviço, nem a partir de quando ou com quantos funcionários. Para a instalação da unidade, por enquanto, serão realocados funcionários que já desempenham funções em outras varas.

Segundo o juiz diretor do Fórum de Santos, Valdir Marinho, ainda não há muitos detalhes a respeito do assunto, mas estudos estão sendo feitos para decidir como será o funcionamento do local especializado.

“Ainda não foi sinalizado pela corregedoria e pela presidência a partir de qual unidade seria criada essa vara, como serão o modelo e a forma, mas ficamos muito felizes. Essa é uma conquista memorável”, diz.

De acordo com Marinho, 90% das varas estão sobrecarregadas, mas as 10% restantes podem ser remanejadas. “É importante destacarmos que essa vara (sobre violência contra a mulher) tem uma importância vital, porque pede uma jurisdição (poder de atuação) muito peculiar.”



Delegacia de Defesa da Mulher na Cidade registra 3 mil BOs por ano, dos quais metade vira processos

ESTATÍSTICA

16

milhões

de mulheres sofreram agressões no ano passado, no País, segundo estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O diretor explica que são exigidos agentes muito especializados para trabalhar no julgamento de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher. “Nesses casos, o agressor é diferente do infrator comum. É preciso um mecanismo específico para tratá-lo da forma adequada. A mesma coisa acontece com a vítima, que é diferenciada. Hoje, esses casos passam por até três juízes diferentes e cada um tem um entendimento diferente”.

LUTA ANTIGA

Pessoas e entidades lutaram por mais de dez anos para que uma vara especializada em violência doméstica saísse do papel em Santos. Entre elas, estão a Subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Câmara Municipal. “Sem dúvidas, é uma grande vitória para Santos”, comemora a coordenadora da Mulher da Prefeitura, Diná Ferreira.

NOVIDADE

A garantia da nova unidade foi dada pelo desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), Manoel de Queiroz Pereira Calças, à deputada federal Rosana Valle (PSB).

“Como titular da Comissão da Mulher no Congresso, vejo com preocupação os elevados níveis de violência e feminicídio no Brasil. Na região não é diferente. Já conversei com titulares de delegacias da mulher, e

NO PAÍS

Em meio às comemorações dos 13 anos da Lei Maria da Penha, que endureceu as punições para crimes de violência doméstica ou familiar, o Ministério da Justiça e mais dez órgãos assinaram o Pacto pela Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência contra Mulheres. A ideia é ampliar a articulação do Poder Público. (Agência Brasil)

elas falaram da necessidade de uma melhor estrutura para atender aquelas que sofrem casos de violência”, diz a deputada.

Em Santos, segundo a delegada titular da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Fernanda Souza, são registrados 3 mil boletins de ocorrência por ano. Desses, 1.500 são convertidos em processos que precisam de julgamento. De 1º de janeiro a 27 de maio deste ano, foram registrados 1.210 BOs.

EXPLORAÇÃO SEXUAL. Administração tem até dia 20 para comprovar serviço

MP cobra busca ativa da Prefeitura

» A situação da Prefeitura de Santos por estar descumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público (MP), em 19 de maio do ano passado, para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes em Santos, começa a ter consequências. A Promotoria da Infância e Adolescência do Município informou que aguarda resposta da Administração sobre quem são os oficiais que realizam a busca ativa dos adolescentes vítimas de exploração sexual.

Além desse questionamento, o MP quer saber quais os horários e dias de atendimento; o número de usuários do serviço atendidos no último ano pelo sistema de busca ativa; como são efetuados os encaminhamentos dos casos que dão entrada via Conselho Tutelar e outros equipamentos públicos como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas e hospitais.

O MP fez questão de lembrar que tramita pela Promotoria o inquérito civil 14.0426.0001711/2017-2 que acompanha o cumprimento de TAC que visa a implantação de um serviço especializado de abordagem social e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, dentre outras obrigações.

DOMINGO.

O descumprimento do TAC foi veiculado pelo Diário, com exclusividade, no último domingo (4). Segundo apurado pela Reportagem, ainda falta integração das secretarias municipais, profissionais especializados, verba e busca

ativa. As informações são da Promotoria Comunitária e a situação pode causar problemas ao prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e secretários, caso o MP resolva ingressar com uma ação na Justiça. O TAC é um instrumento extrajudicial utilizado pelo MP para ajustar uma conduta considerada ilegal por parte dos poderes públicos.

Pelo documento, a Prefeitura de Santos deveria ter implantado, em 19 de julho do ano passado (60 dias após a assinatura) um serviço especializado de abordagem social de crianças e adolescentes vítimas de exploração e trabalho infantil (busca ativa). Em 19 de agosto do ano passado (90 dias após a assinatura do TAC), a Administração Paulo Alexandre teria que ter aumentado as equipes de profissionais dos centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) das zonas Leste e Noroeste, com duas duplas de psicólogos e assistentes sociais em cada equipamento.

A única obrigação cumprida pela Prefeitura e, mesmo assim, com muito atraso (em 18 de setembro do ano passado), foi a implantação do Núcleo Integrado de Articulação e Atendimento à Crianças e Adolescentes, que funciona dentro do Mercado Municipal, mas que está na iminência de fechar por falta de demanda por conta justamente da falta de busca ativa. Desde sua implantação, só 10 crianças foram encaminhadas ao Núcleo. Ele iniciou suas atividades sob pressão do MP e conta com um assistente social, um terapeuta, um oficial administrativo, um psicólogo e um orientador social, que



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Crianças e adolescentes exploradas não são localizadas por conta da falta de busca ativa, uma das exigências do Ministério Público



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Núcleo Integrado não apresenta demanda por descumprimento do TAC. Funcionários ficam ociosos

A única obrigação cumprida e, mesmo assim, com muito atraso, foi a implantação do Núcleo Integrado de Atendimento, no Mercado Municipal

passam boa parte do tempo ociosos.

TOLERANTE.

O MP vem sendo tolerante com a Administração. O TAC previa multa diária de R\$ 3 mil por descumprimento de prazo que nunca foi aplicada. O dinheiro seria revertido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A assinatura do TAC não esgotava a possibilidade da Prefei-

tura implementar melhorias na rede municipal de serviços voltados ao combate à exploração sexual.

Os assistentes sociais, conselheiros tutelares e outros profissionais que participam da Promotoria Comunitária são unânimes em afirmar que o descumprimento do TAC é o principal responsável pela demanda reprimida e o possível fechamento do Núcleo. São necessárias estratégias, ma-

peamento e abordagem das crianças (inclusive meninos), que estão sendo exploradas no centro, no porto, na orla e até na Zona Noroeste, perto do sambódromo.

O vereador Fabiano Batista Reis, o Fabiano da Farmácia (PL), que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente na Câmara, está propondo uma audiência pública para discutir as efetividades das políticas públicas para combater a exploração de crianças e estudar possibilidades de uma força tarefa para o enfrentamento do problema social.

PREFEITURA.

Procurada pela Reportagem a Prefeitura insiste que está cumprindo o referido TAC, ao implantar o Núcleo nas dependências do Mercado Municipal, que conta com funcionários para atender a demanda. A Administração prefere não se manifestar sobre as demais obrigações do documento. Sobre a cobrança do MP, revela que responderá até o próximo dia 20.

Por fim, destaca que não mede esforços para atender o TAC, que prevê um período de adequação dos termos acordados. Em sua cláusula oitava, o documento cita que, a qualquer momento, as partes envolvidas se reuniriam para readequar os termos, tendo em vista a realidade e a experiência desse serviço prestado. **(Carlos Ratten)**